

## **Memórias acerca das reformas educacionais na ditadura militar no Paraná: resultados parciais de pesquisa**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nadia G. Gonçalves – UFPR

### **Introdução**

Neste trabalho são apresentados resultados iniciais de pesquisa que se encontra em andamento, sobre a atuação do Estado do Paraná na implementação das reformas educacionais estabelecidas pelas leis 5.540/68 (ensino superior) e 5.692/71 (ensino básico). No primeiro momento, está sendo realizada análise da bibliografia e da documentação estadual, a fim de identificar o discurso oficial sobre as ações relativas à área educacional.

O recorte feito para este trabalho refere-se às mensagens dos governadores do período à Assembléia Legislativa do Estado. Nelas, procurou-se identificar as informações presentes sobre as reformas educacionais e as ações de implementação de suas diretrizes no sistema estadual de ensino. Para tanto, o texto está assim estruturado: primeiramente, trata-se do tema, dos referenciais de análise e da metodologia; depois, das informações contidas nas mensagens; concluindo-se com algumas indicações iniciais e perspectivas de continuidade da pesquisa.

### **O tema, referenciais e metodologia**

No Brasil, durante o período da ditadura militar (1964-1984), pode-se dizer que os marcos principais de ação na área educacional foram as reformas estabelecidas pelas leis 5.540/68, referente ao ensino superior, e 5.692/71, que tratava do 1º e 2º graus.

Autores que discutiram este tema, como Otaíza Romanelli, Paulo Ghiraldelli Jr. e José W. Germano<sup>1</sup> compartilham uma abordagem bastante comum na bibliografia produzida a respeito da educação no período militar: o entendimento de que os fenômenos políticos são reflexos das forças econômicas e sociais vigentes naquele

momento histórico, não abrindo espaço e muitas vezes desconsiderando a ação dos sujeitos.

Na abordagem da nova história política propõe-se superar este tipo de análise, compreendendo o político enquanto um lugar “onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e reflete ao mesmo tempo”<sup>2</sup>, ou seja, não como um setor separado da realidade e restrito a condicionamentos econômicos ou sociais, mas como uma modalidade de prática social.

Uma das possibilidades que a nova história política traz, influenciada pela proposta da nova história cultural, é a de análise dos discursos a respeito dos fatos políticos.

Roger Chartier<sup>3</sup>, a partir do conceito de representação, afirma que as percepções dos sujeitos sociais não são neutras, dependendo do contexto em que foram elaboradas, e derivando delas as suas práticas. A visão de mundo constitui o mecanismo de justificativas individuais, que permitem que o indivíduo interaja com o mundo, por meio de suas práticas e representações, entendidas aqui como as diversas formas pelas quais a realidade pode ser interpretada, e que se refletem na vida prática, nas ações e atitudes, mesmo inconscientes.

Estas representações dizem muito mais do que aquilo que enunciam, ou seja, trazem consigo sentidos ocultos, sutis, construídos social e historicamente, e que muitas vezes se internalizam no inconsciente coletivo, apresentando-se então como naturais, e, portanto, dispensando reflexão por parte daqueles que as compartilham, em dado espaço e momento histórico.

Um autor que aprofunda e sistematiza esta questão é Pierre Bourdieu, com os conceitos de espaço social, campo, *habitus*, capital e poder simbólico. Ele<sup>4</sup> enfatiza, por meio desses conceitos, o sistema de relações existentes nos espaços sociais e sua dinâmica:

[...] a análise das estruturas objetivas – as estruturas dos diferentes campos – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais, que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço) (p. 26).

As idéias deste autor representam um referencial amplo e instigante para esta pesquisa, na medida em que enfatiza as limitações de entendimento de uma dada realidade e os determinantes histórico-sociais que pesam sobre ela e sobre a produção do conhecimento sobre ela – embora considere que esta limitação configura, mas não determina a ação, sendo, porém, suficiente para criar padrões de comportamento e de interpretação. Nesse sentido, entende-se que contribui para a identificação dos padrões de interpretação dos diferentes grupos que serão averiguados no decorrer da pesquisa.

Conforme indicado na introdução, a mensagem anual dos governadores do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa do Estado é a fonte a ser apresentada neste trabalho. Estas falas estão, em geral, estruturadas em duas partes: o discurso de introdução, em que é feito um balanço geral sobre as atividades desenvolvidas no ano anterior, e o relatório com dados mais pormenorizados sobre as diferentes áreas de atuação do Estado.

Realizou-se busca nos acervos da Biblioteca Pública do Paraná, do Arquivo Público, do Círculo de Estudos Bandeirantes, da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, e as mensagens do período (1964 a 1985) foram todas localizadas, com exceção da de 1971, que continua sendo procurada<sup>5</sup>. A leitura foi concentrada no discurso de abertura e no tópico específico sobre Educação e Cultura.

### **As reformas educacionais nas mensagens dos governadores**

Neste tópico são apresentadas algumas informações presentes nas mensagens dos governadores, referentes às reformas educacionais estabelecidas pelas leis 5.540/68

e 5.692/71. Ressalta-se que o objetivo aqui é mesmo de apresentação, considerando-se a fase inicial da pesquisa e o espaço restrito para desenvolvimento do tema.

Um elemento identificado em todas as mensagens é a função da Educação: colaborar para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, em especial nos aspectos econômico e social. Nesse sentido, a expansão do sistema de ensino, em todos os níveis, é outra ênfase contínua nos discursos.

Na década de 1960, o papel da Educação está intimamente relacionado à formação de mão-de-obra qualificada, como ilustram os trechos abaixo.

O atual Governo do Paraná, por sinal, encara a Educação não só como um dever do Estado, mas inclusive como um fator de desenvolvimento econômico, pelo que pode representar como qualificação do trabalho humano, abrindo novas perspectivas do emprego especializado. (Ney Aminthas de Barros Braga, 1965, p.86)<sup>6</sup>

Este é um dos pontos básicos, a que o atual Governo quer emprestar a sua melhor atenção, para poder dar uma contribuição positiva, eficiente e duradoura ao esforço regional pelo desenvolvimento. Ao lado da alfabetização em massa, o Governo quer dar ao ensino técnico maior ênfase que a qualquer outro. (Paulo Cruz Pimentel, 1966, p.XVI)<sup>7</sup>

Nos anos 70 e 80, a relação com o desenvolvimento aparece com ênfase na sociedade, embora não exclua o aspecto econômico:

No setor da Educação e Cultura (...), o Governo esteve perfeitamente à altura das novas situações geradas na sociedade paranaense, em rápido desenvolvimento e, por isso mesmo, mais aguçada em suas aspirações de instruir-se e de bem preparar-se para o domínio das técnicas, ciências e artes. (Emílio Hoffmann Gomes, 1975, p.XII)<sup>8</sup>

O desenvolvimento econômico tem como complemento necessário, dentro da filosofia que presidiu esta gestão, a promoção do homem e a distribuição dos frutos do enriquecimento da sociedade. Isto ocorreu em todos os setores, mas particularmente na educação (...). (Jayme Canet Junior, 1979, p.XV)<sup>9</sup>.

A relação altamente positiva entre nível de escolaridade e renda é indicador de que a educação se constitui um fator de alta significação a ser considerado em qualquer política governamental que vise ao desenvolvimento social e, mais especificamente, à elevação da qualidade de vida das populações menos favorecidas. (Ney Braga, 1980, p.47)<sup>10</sup>

É importante destacar que a relação entre Educação e desenvolvimento aparece em todos os níveis de ensino. No caso específico do ensino superior, embora a lei 5.540 tenha sido aprovada em 1968, essa reforma não é mencionada no discurso de 1969, no

qual apenas relata-se sua expansão e a preocupação de vinculá-la à capacitação voltada à agricultura, principal eixo econômico do Estado:

Ao todo foram criadas 14 faculdades no interior, cujo objetivo principal é formar a mão-de-obra técnico-especializada nos próprios centros de demanda e eliminar a crescente polarização dos centros urbanos e conseqüente esvaziamento das áreas interioranas. (Paulo C. Pimentel, 1969, p.90)<sup>11</sup>

A reforma do ensino superior é citada em somente outros três relatórios do período<sup>12</sup>, relacionada à sua expansão e à carreira docente:

(...) vale ressaltar, no programa de reforma e estruturação do ensino superior, a criação, em 6 de novembro de 1969, pela Lei nº. 6.034, das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá e da Federação das Escolas Superiores Estaduais, em Curitiba, bem como a transformação da Superintendência do Ensino Superior em autarquia e a instituição do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa. (Paulo C. Pimentel, 1970, p.113-114)<sup>13</sup>

(...) Durante o ano, o Conselho Federal de Educação reconheceu duas das três Universidades do Paraná, que funcionam nos moldes de Fundação. As de Londrina e Ponta Grossa foram as primeiras no País a serem reconhecidas como perfeitamente enquadradas na Reforma Universitária. (Emílio Hoffmann Gomes, 1974, p.XII)<sup>14</sup>

(...) foi nossa atividade principal o projeto de organização da carreira do docente do Ensino Superior, atendendo ao que dispõe a Reforma Universitária (...). (Jayme Canet Junior, 1976, p.6)<sup>15</sup>

Por sua vez, a reforma do ensino básico é abordada em todas as mensagens, a partir de 1972. Os comentários referem-se ao processo de implementação de suas diretrizes, como ilustra o trecho abaixo:

No setor da educação e cultura, o ano de 1971 caracterizou-se pelas providências iniciais para compatibilizar o funcionamento da rede estadual de ensino à filosofia e aos mandamentos da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu novas normas e diretrizes para a educação nacional.

Foi instituído um Grupo de Assessoria e Planejamento – GAP, na Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de planejar e implantar a reforma do ensino no 1º e 2º graus, nos moldes previstos pela nova legislação federal. Do trabalho do GAP resultou um Planejamento Prévio, documento aprovado, com recomendações, pelo Conselho Estadual de Educação. (Pedro Viriato Parigot de Souza, 1972, p.61)<sup>16</sup>

Nos relatórios dos anos seguintes, são apresentados dados sobre as etapas de implantação da reforma, ressaltando-se os quantitativos, que evidenciam a expansão do atendimento da população quanto à Educação. Segundo o relatório acima citado, na “rede oficial de estabelecimentos escolares” o número de alunos matriculados era o seguinte, em 1971: no ensino primário, 534.342; no ensino médio, 239.865, e nos cursos

superiores, 8.880 (p.XII), totalizando 783.087 alunos. Na mensagem de 1979<sup>17</sup>, informa-se que “o número de alunos matriculados nas escolas paranaenses cresceu de 1.617.537, em 1974, para 1.855.853, em 1978. (...) A nível de primeiro grau, 838.108 alunos são atendidos pelo Estado, 585.004 pelos municípios, 95.983 freqüentam as escolas particulares e 482 freqüentam a rede escolar federal.”(p.XV)

Outro aspecto destacado é a preparação dos docentes para a implantação da reforma:

A reforma do ensino de 1º e 2º graus é, talvez o maior desafio que a Revolução lançou ao povo brasileiro e, para que ela tenha o êxito que todos esperam, é necessário mudar sobretudo a mentalidade do professor, através de treinamentos específicos, pois a estática tem que ser substituída pela dinâmica. Eis porque, logo após a aprovação do Plano de Implantação Prévia, a Secretaria da Educação e Cultura lançou-se no maior programa de preparação de recursos humanos de toda a história do Paraná. (Pedro Viriato Parigot de Souza, 1973, p.55)<sup>18</sup>

Uma nova atitude administrativa também é evidenciada, como decorrente da reforma do ensino:

Foi a Lei nº 5.692 com seu caráter de atualização do sistema de ensino de 1º e 2º graus que impôs uma nova atitude, fazendo com que a estrutura do planejamento educacional passasse a ser vista como um sistema mais amplo que deve prever e esquematizar estrategicamente as decisões sobre recursos, organização pedagógica e administrativa a serem adotadas na condução do processo educacional global. (Emílio Hoffmann Gomes, 1975, p.91)

Neste caso, o Plano Estadual de Educação, estabelecido para o período de 1973 a 1976, traz objetivos quantitativos e qualitativos para a expansão e o aperfeiçoamento de todos os graus de ensino, quanto a construção e equipamentos, treinamento de recursos humanos, elaboração de diretrizes curriculares e de um Sistema de Informações Educacionais, entre outros. Para tanto, o financiamento de tais ações recebe um empréstimo externo:

Firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Americano, por intermédio de sua Agência para o Desenvolvimento (USAID), este acordo visou a obtenção de um empréstimo destinado a execução de um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino.

Selecionado entre os Estados Brasileiros e contemplado com a possibilidade de um financiamento específico, o Paraná, que havia elaborado o Plano Estadual de Educação (...) destacou 16 dos 47 projetos constantes, que analisados e compatibilizados com a filosofia do PROGRAMA, mereceram parcial e/ou total financiamento. Com a assinatura em 11/12/1973, preocupou-se o Estado que, desta forma, fosse assegurada a

execução de uma programação, sem que a mesma sofresse solução de continuidade e que proporcionasse melhoria na oferta do ensino de 1º e 2º graus, tornando mais eficiente a administração. (idem, p.95)

Reorganização dos Estabelecimentos de Ensino, Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem, Análise e Aprovação de Planos de Implantação e Regimentos Escolares, Diagnóstico da Produtividade Escolar, Recuperação Paralela, Desenvolvimento de Novas Metodologias, Modernização Administrativa, elaboração do Estatuto do Magistério, redução da evasão e da repetência, são outros programas mencionados, sempre relacionados à reforma<sup>19</sup>.

### **Considerações finais**

Como pôde ser observado no tópico anterior, as mensagens dos governadores constituem uma fonte com grande riqueza de informações a respeito dos encaminhamentos do Estado do Paraná às reformas educacionais do período da ditadura militar.

Conforme ressaltado anteriormente, a pesquisa encontra-se em fase inicial, devendo-se agora prosseguir com o aprofundamento da leitura e análise da documentação, bem como discuti-la a partir do contexto histórico do período, seja o brasileiro, seja o específico do Paraná.

Neste sentido, o pressuposto essencial para a análise “é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*” (p.377, itálicos no original)<sup>20</sup>. Trata-se de relacionar texto e contexto: “buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos” (p.378).

As mensagens serão consideradas não somente como “testemunhos intencionais, mas também como rastros involuntários de uma atividade que os ultrapassa [ao mesmo

tempo que] ... As maneiras de falar não são inocentes; para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade, denominando-a” (p.311-312)<sup>21</sup>.

Considerando-se, finalmente, a especificidade da fonte em questão – discursos políticos oficiais – mais ainda deve-se atentar às entrelinhas, ao contexto que os envolve.

As perspectivas de continuidade da pesquisa, a partir das mensagens dos governadores e de sua análise, são de investigar os dados, documentos e programas nelas mencionados, e utilizá-las como base para a realização de entrevistas com pessoas que compuseram o governo do Paraná no período, com relação às questões educacionais.

---

<sup>1</sup> ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 10ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1988; GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990; e GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2ª ed, São Paulo: Cortez, 1994.

<sup>2</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nr.21, set/dez 2002, p.12

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>5</sup> O Museu Paranaense e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foram consultados sobre a disponibilidade deste relatório em seus acervos, e até o momento não houve resposta.

<sup>6</sup> PARANÁ. Ney A. B. Braga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1965.

<sup>7</sup> PARANÁ. Paulo C. Pimentel. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1966.

<sup>8</sup> PARANÁ. Emílio H. Gomes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1975.

<sup>9</sup> PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1979.

<sup>10</sup> PARANÁ. Ney Braga. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1980.

<sup>11</sup> PARANÁ. Paulo C. Pimentel. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1969.

<sup>12</sup> Deve-se lembrar que a mensagem de 1971 não está aqui considerada.

<sup>13</sup> PARANÁ. Paulo C. Pimentel. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1970.

<sup>14</sup> PARANÁ. Emílio H. Gomes. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1974.

<sup>15</sup> PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1976.

<sup>16</sup> PARANÁ. Pedro V. Parigot de Souza. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1972.

<sup>17</sup> PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1979.

<sup>18</sup> PARANÁ. Pedro V. Parigot de Souza. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1973.

<sup>19</sup> PARANÁ. Jayme Canet Jr. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1976 e 1978.

<sup>20</sup> CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.375-399.

<sup>21</sup> PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.14-36.